



MAURO UTIDA
mutida@j.com.br

Reunião do Comus

A segunda reunião entre os novos conselheiros do Conselho Municipal de Saúde (Comus) acontece hoje, às 19h, no Paço Municipal. O quadro pessoal dos integrantes deste órgão foi alterado em cerca de 80%, onde os novos membros são responsáveis por atuar na elaboração, fiscalização e aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Tombamento

Os conselheiros do Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural (Compac) também se reúnem nesta quarta (30) para agendar a câmara técnica que elaborará as diretrizes do tombamento do Centro de Engenharia e Automação do Instituto Agrônomo de Campinas (CEA-IAC), em Jundiaí e da Capela do bairro Santa Clara. As diretrizes serão enviadas ao Executivo para publicar as leis por meio de um decreto.

Fórum do Plano Diretor

Vereadores de Jundiaí cobraram, nesta quarta (29), o Conselho Municipal de Política Territorial (CMPT) para que realize o Fórum de Avaliação do Plano Diretor, que estava previsto para acontecer no último dia 26. O Conselho informa que o evento será realizado em uma quinta-feira, porém a comissão organizadora ainda não definiu a data, que pode acontecer em setembro ou outubro.

Tecnologia

Em cerca de 90 dias, Jundiaí se tornará pioneira na implantação de novas tecnologias para o pagamento de tarifas do transporte público. O município será o único no Brasil e o segundo no mundo (Londres foi o primeiro) cuja inovação tecnológica está aliada à gestão da mobilidade urbana com cobertura em 100% da frota de ônibus coletivo. O anúncio foi feito pelo prefeito Luiz Fernando Machado, nesta terça-feira (29) durante a Feira Transpúblico 2017.

Hambúrguer

Em relação à compra de hambúrgueres pela Prefeitura de Jundiaí, publicada sexta (25) da Imprensa Oficial, a Unidade de Gestão de Educação informa que os produtos adquiridos pelo Departamento de Alimentação e Nutrição têm composição diferenciada, com menor teor de gordura e sódio. Segundo nota da prefeitura, este artigo ofertado na merenda escolar é assado e acompanha arroz, feijão e salada, nada tendo a ver com o que é servido nos tradicionais lanches de fast food.

Sem riscos

Ainda de acordo com a Prefeitura de Jundiaí, que atende 55 mil alunos em escolas do Sistema Municipal de Ensino, da rede estadual e de entidades, a grande preocupação é ofertar alimentação de qualidade e sem riscos para a saúde. A Unidade de Gestão de Educação está retomando projetos, como o horta escolar, e deu início, na semana passada, ao Enfrentamento da Obesidade Infantil.

► NOVA DIRETORIA

Marcio Cardona é eleito presidente do Sindicato dos Servidores

A Chapa 2 “Atitude e Transparência”, representada por Marcio Cardona, 54 anos, foi eleita para a presidência do Sindicato dos Servidores Públicos de Jundiaí, tendo recebido 1.139 votos, o que representa 49% dos votos válidos. “Nosso primeiro passo será verificar a situação do sindicato e nos preparar para a campanha salarial”, afirma Cardona.

Já a Chapa 1, liderada pelo então presidente da instituição, Aparecido Luciani, ficou em segundo lugar, com 857 votos, ou seja, 37%. Luciani cumpre mandato

até 31 de janeiro de 2018. “Temos muitas demandas para serem resolvidas dos servidores de Jundiaí até o final do ano”, informou, já conformationado.

A Chapa número 3 recebeu 257 votos, o que representa 11% dos votantes. No total, 2.327 servidores públicos participaram da votação desta eleição. O número representa cerca de 51% de participação dos servidores públicos de Jundiaí, de um total de 4,5 mil aptos a votar.

A eleição era para ter ocorrido no último dia 22, porém, foi cancelada por

meio de uma liminar da Justiça do Trabalho de Jundiaí apresentada pela chapa de Cardona. Posteriormente, foi derrubada pela chapa de Luciani e o pleito, remarcado para o dia 28 (última segunda-feira).

Perfil

Cardona é funcionário público há 16 anos em Jundiaí e atualmente é servidor da Unidade de Gestão de Mobilidade e Transporte, cargo que ele terá de se afastar em fevereiro do próximo ano para conduzir o Sindicato nos próximos quatro anos. (M.U.)



NOVO PRESIDENTE Cardona é servidor da Unidade de Gestão de Mobilidade e Transporte

► PROPOSTA

Projeto inclui rede de iluminação pública, postes e até vegetações que tenham sido danificadas imprudentemente

Autor de dano ao bem público poderá pagar pelo prejuízo

MAURO UTIDA
mutida@j.com.br

A Câmara de Jundiaí aprovou cinco projetos de lei na sessão ordinária desta terça-feira (29), incluindo o PL 12.204, do vereador Rogério Ricardo da Silva (PHS), que altera o artigo 1º da lei 3461/89. Com esta mudança, qualquer dano ao bem público, provocado por acidente de trânsito, será de responsabilidade do autor do sinistro.

O vereador cita como exemplo os postes que são derrubados imprudentemente por motoristas e que geram prejuízos às empresas responsáveis, no caso da Região, a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). “Jundiaí registra muitas colisões em postes. Segundo a empresa, a substituição de um poste varia entre R\$ 1,5 mil e R\$ 3 mil”, informa.

Entre os danos mais comuns causados pela imprudência no trânsito estão a rede de iluminação pública, re-



ORDEM DO DIA Câmara teve pouca participação da população ontem, onde foram aprovados cinco projetos e duas moções

de telefonia, sinalização de trânsito, muros públicos e privados, além de árvores e vegetações. “Quem destruir o patrimônio público terá que arcar com o custo”, enfatiza.

O vereador destaca tam-

bém que fica isento desta lei o autor do sinistro, cuja culpa não foi comprovada. Apesar de ser aprovado por unanimidade, o projeto teve poucas discussões e o vereador Wagner Ligabó (PPS) chegou até a

questionar como será a autuação e quem será responsável por atuar, porém ninguém soube responder. “Acho o projeto muito bom e deveria ter incluído também as pichações”, destaca.

Campanhas de saúde

Dos seis projetos de lei em pauta nesta terça, dois foram voltados a campanhas relacionadas à prevenção de doenças e contaram com aprovação da Casa.

O PL 12.261, do vereador Wagner Ligabó (PPS), institui a campanha de “Combate e prevenção ao câncer de cólon e reto”. Outro projeto aprovado é do vereador do mesmo partido, que inclui no calendário de eventos do município a “Semana de conscientização sobre a esclerose múltipla”, conhecida como a Semana Laranja.

O vereador Cícero da Saúde (PROS) adiou a apresentação do seu projeto de lei 12.328, que cria o programa Farmácia Solidária, para arrecadar e distribuir remédios gratuitamente.

A Câmara também aprovou o projeto do vereador Marcelo Gastaldo (PTB), que nomeia o Centro Comunitário do Parque Nova República, como “Vereador Carlos Moreira da Cruz”.

► PATRIMÔNIO

Políticos de Jundiaí fazem apelo a governador pelo IAC

Apelos não faltam para que o governo do Estado retire a área do Centro de Engenharia e Automação do Instituto Agrônomo de Campinas (CEA-IAC), em Jundiaí, do Fundo de Investimento Imobiliário do Estado de São Paulo. Até mesmo os representantes políticos do PSDB, mesmo partido do governador Geraldo Alckmin, têm se manifestado contra a alienação.

O deputado federal Miguel Haddad (PSDB), que é próximo ao governador do Estado, informa que desde 2015 é contra o projeto do governador. O ex-prefeito também declara que é a favor de todos os mecanismos legais para conter a venda da área.

O prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) também informa que atua desde 2015 no sentido de conter a alienação dos imóveis do CEA-IAC. Na época, ele era deputado estadual. Machado ainda acrescenta ter reiterado sua posição contrária por meio de ofícios e até pessoalmente ao governador.

O prefeito tem até a próxima sexta-feira (1º) para sancionar a lei 12.279, de autoria de 11 parlamentares, que veda procedimentos administrativos para fins imobiliários na área do CEA-IAC. A lei foi aprovada pela Câmara Municipal no último dia 8.

O presidente da Câmara de Jundiaí, Gustavo Martinelli (PSDB), afirma

que se o prefeito não sancionar a lei, a Câmara, por meio da presidência, o fará. “A alienação do IAC tem sido motivo de muita discussão na Câmara, inclusive, com moções contra o projeto do governo do Estado”, declara.

O deputado estadual Junior Aprillanti (PSB) também informa que tem apelado ao governador para que a área do CEA-IAC não seja leiloada futuramente. “O CEA-IAC é um patrimônio da população jundiense e precisa ser preservado, principalmente por causa da grande produção científica que forma tecnologia de ponta”, informa.

Outro lado

Segundo a nota do governo do Estado, enviada pela assessoria de imprensa, no próximo dia 22 está agendado um pregão presencial para a contratação do consórcio que irá administrar o Fundo Imobiliário. A assessoria também nega que a área de 110 hectares esteja avaliada em R\$ 134 milhões, conforme matéria divulgada na terça-feira (29) pelo JJ Regional. Pode ser visualizado no site da lista de imóveis do Fundo Imobiliário.

“O IAC, em Jundiaí, faz parte da lista de imóveis que compõem o Fundo Imobiliário - lançado pelo gover-



EXECUTIVO Luiz Fernando tem até sexta (1º) para sancionar lei do congelamento do IAC



FEDERAL Haddad diz que é contra o projeto desde que ele foi apresentado



ESTADUAL Aprillanti diz que o IAC é um patrimônio e merece ser preservado

no de São Paulo para negociar imóveis ociosos ou subutilizados, que poderão ser vendidos, alugados, permutados, total ou apenas parcialmente, no prazo de cinco anos. A decisão em cada caso será tomada com base na avaliação técnica a ser realizada pelo futuro administrador, em conjunto com o Estado. Estima-se obter mais de R\$ 1 bilhão com a medida, recursos importantes para investimentos prioritários à população, além de reduzir despesas admi-

nistrativas e custeio”, informa a nota.

O governo também informa que atualmente não são realizadas pesquisas de campo na unidade, somente pesquisas laboratoriais, que, sem prejuízo no andamento, podem ser remanejadas para outros centros. “Conforme já assegurado nesta mesma lei de alienação dos imóveis, e por ser área de preservação ambiental, sua utilização obedecerá a legislação vigente.”

O pesquisador do CEA-IAC, Hamilton Humberto Ramos, declara que as

pesquisas de campo não estão sendo realizadas na unidade por falta de reposição dos pesquisadores que se aposentaram. Atualmente, há oito pesquisadores atuando no local em projetos de mecanização agrícola e equipamentos de segurança do trabalhador rural. “Desde 1994, o instituto sofreu uma queda de mais de 80% no número de funcionários. Só não temos mais pesquisas sendo realizadas, pois não há investimento do governo do Estado”, denuncia. (M.U.)